

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Art. 54 e 55 - Lei Complementar nº 101 de 04/05/00

Em cumprimento ao que dispõem os artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/00, publicada no DOU em 05/05/00, e portaria da STN nº 470 de 31/08/04 e retificação publicada do DOU em 25/04/05, apresentamos o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 2º Quadrimestre do exercício de 2005, contendo dados acumulados e respectivos comparativos e demonstrativos do Poder Executivo Estadual.

DATA BASE: 30 DE AGOSTO DE 2005

PERÍODO: 01/01/2005 A 30/08/2005

RESPONSABILIDADE TÉCNICA: Contadora Geral do Estado

Maria da Conceição Barros de Rezende – CRC: 068609/0 – 8

ESTADO DE MINAS GERAIS – **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL
SETEMBRO DE 2004 A AGOSTO DE 2005

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	7.989.523
Pessoal Ativo	5.845.603
Pessoal Inativo e Pensionistas (1)	4.108.692
Despesa com pessoal a apropriar orçamentariamente	9
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	1.964.780
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	859
Decorrentes de Decisão Judicial	558.225
Despesas de Exercícios Anteriores	125.238
Inativos com recursos vinculados	1.280.458
Despesa de Caráter Indenizatório	0
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	198.203
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I + II)	8.187.727
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.869.014
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = [(III / IV)*100]	43,39
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – (49%)	9.245.817
LIMITE PRUDENCIAL (art. 71 da LRF) – (95%)	8.783.526

Fonte: SIAFI – MG

Elaboração: SCCG/SEF

Nota: (1) Para as Despesas com Pensionistas, os valores foram compostos com base nos elementos de despesas

presentes no Grupo 1 – Pessoal e Encargos e Grupo 3 – Outras Despesas Correntes.

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL
SETEMBRO DE 2004 A AGOSTO DE 2005

Demonstrativo de acordo com Instrução Normativa nº 05/2001 do Tribunal de Contas de Minas Gerais R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	5.161.290
Pessoal Ativo	5.845.603
Pessoal Inativo e Pensionistas (1)	4.108.692
Despesa com pessoal a apropriar orçamentariamente	9
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	4.793.013
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	859
Decorrentes de Decisão Judicial	558.225
Despesas de Exercícios Anteriores	125.238
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.108.692
Despesa de Caráter Indenizatório	0
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	198.203
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I + II)	5.359.493
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	18.869.014
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = [(III / IV)*100]	28,40
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – (49%)	9.245.817
LIMITE PRUDENCIAL (art. 71 da LRF) – (95%)	8.783.526

Fonte: SIAFI – MG

Elaboração: SCCG/SEF

Nota: (1) Para as Despesas com Pensionistas, os valores foram compostos com base nos elementos de despesas

presentes no Grupo 1 – Pessoal e Encargos e Grupo 3 – Outras Despesas Correntes.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (4)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2005

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (1)	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005 (2)		
		Até o 1º Quadrimestre (1)	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA – DC (I)	42.714.513	44.616.749	45.210.104	
Dívida Mobiliária	-	-	-	
Dívida Contratual	42.111.908	41.342.412	41.941.624	
Pecatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	497.770	970.333	965.241	
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	-	-	-	
Parcelamentos de Dívidas	26.564	701.443	700.734	
Do Estado	1.068	676.472	676.472	
De Tributos	-	-	-	
De Contribuições Sociais	1.068	676.472	676.472	
Previdenciárias	1.068	676.472	676.472	
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	
Do FGTS	-	-	-	
Outras Obrigações	-	-	-	
De Empresas Estatais Dependentes (1)	25.496	24.970	24.261	
De Tributos	524	529	533	
De Contribuições Sociais	24.525	24.038	23.373	
Do FGTS	138	100	46	
Outras Obrigações	309	303	310	
Outras Dívidas	78.270	1.602.561	1.602.505	
DEDUÇÕES (II)¹	5.226.981	6.208.951	7.151.620	
Ativo Disponível	1.469.647	2.718.129	3.506.751	
Do Estado	1.440.109	2.684.338	3.473.043	
De Empresas Estatais Dependentes (5)	29.539	33.791	33.708	
Haveres Financeiros	4.902.865	4.804.397	4.743.535	
Do Estado	4.892.379	4.792.702	4.725.528	
De Empresas Estatais Dependentes (5)	10.486	11.694	18.007	
(-) Restos a Pagar Processados	1.145.532	1.313.575	1.098.666	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	108.629	107.386	90.994	
Pecatórios anteriores a 5.5.2000	108.629	107.386	90.994	
Insuficiência Financeira	-	-	-	

Outras Obrigações	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I – II)	37.487.532	38.407.797	38.058.484
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	16.695.979	17.816.332	18.869.014
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	255,84	250,43	239,60
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	224,53	215,58	201,70
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – 200%	33.391.958	35.632.664	37.738.028

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

REGIME PREVIDENCIÁRIO (4)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)		1.527.808	1.532.620	
Passivo Atuarial		200.275	200.275	
Demais Dívidas		1.327.533	1.332.345	
DEDUÇÕES (V)¹		1.565.731	1.684.860	
Ativo Disponível		396.018	475.728	
Investimentos		86.661	107.638	
Haveres Financeiros		1.326.320	1.335.986	
(-) Restos a Pagar Processados		243.268	234.492	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV – V)		(37.922)	(152.240)	

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente ²	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	234,45%	34,45%	2,30%	222,91%	240,91%	274,39%	255,44%	234,43%	238,76%	229,94%	228,75%	224,53%
% Limite de Endividamento (3)	200,00%			232,15%			229,85%			227,55%		

Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	215,58%	201,70%										
% Limite de Endividamento (3)	225,25%			222,95%			220,65%			218,35%		

² O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

3: Fonte: SIAFI – MG

4o: Elaboração: SCCG/SEF

Notas:

1 – No campo "De Empresas Estatais Dependentes", nas colunas "Saldo de Exercício Anterior" e "Saldo do Exercício de 2005 – Até o 1º Quadrimestre", foram inseridos valores não informados tempestivamente pelas

Empresas Rádio Inconfidência e EPAMIG, quando das publicações anteriores;

2 – Critérios definidos na retificação da portaria STN nº 470, publicada no Diário Oficial da União, DOU, de 25 de abril de 2005;

3 – A composição do percentual de limite, integrante da tabela de Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida, relativa ao período de janeiro de 2003 a abril de 2005, encontra-se em conformidade com os incisos I e

II do art. 1º da Resolução do Senado de nº 20/03 e 40/01, inciso I, art. 4º.

4 – Incluem informações relativas ao Regime Previdenciário constante das Unidades Orçamentárias: 2011 – IPSEMG; 2121 – IPSM; 2361 – IPLEMG; 4431 – FUNPEMG e 4461 – FUNFIP;

5 – Não constam dados relativos à Empresa dependente EPAMIG referente ao exercício de 2005.

ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL
JANEIRO A AGOSTO/2005

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

R\$ Milhares

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre (1)
AVAIS (I)	-	-	118.059
Operações de Crédito Externas	-	-	118.059
Operações de Crédito Internas	-	-	-
FIANÇAS (II)	-	-	582.343
Operações de Crédito Externas	-	-	4.265
Operações de Crédito Internas	-	-	578.078
TOTAL DAS GARANTIAS (I + II)	-	-	700.402
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	16.695.979	17.816.332	18.869.014
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			3,71
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (22,%)			4.151.183

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	Até o 1.º Quadrimestre	Até 2.º Quadrimestre
AVAIS (I)	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-
FIANÇAS (II)	-	-	118.059
Operações de Crédito Externas	-	-	118.059
Operações de Crédito Internas	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I + II)	-	-	118.059

Fonte: SIAFI – MG

Elaboração: SCCG/SEF

Nota: Os registros referentes aos Avais e Garantias ocorreram a partir de junho/05, e esses correspondem ao período financeiro do exercício.

ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL
JANEIRO A AGOSTO/2005

LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

R\$ Milhares

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	39.866
Externas	11.165
Internas	28.701
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	39.866
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	18.869.014
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS sobre a RCL	0,21
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS – (16%)	3.019.042
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA – (7%)	1.320.831

Fonte: SIAFI – MG

Elaboração: SCCG/SEF

ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 2º QUADRIMESTRE/2005

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – TDP – (1)	5.359.493	28,40
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – TDP – (2)	8.187.727	43,39
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.245.817	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	8.783.526	95,00
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	38.058.484	201,70
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	37.738.028	200,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	700.402	3,71
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.151.183	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	39.866	0,21
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.019.042	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antecipação da Receita	1.320.831	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre/2005.

Elaboração: SCCG/SEF.

Obs.: A Receita Corrente Líquida apurada neste quadrimestre foi de R\$ 18.869.014.072,93.

Notas: (1) – Demonstrativo de acordo com Instrução Normativa 05/2001 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

(2) – Demonstrativo de acordo com a Lei Complementar 101/00 e Portaria STN 470/04.

AÉCIO NEVES DA CUNHA
Governador do Estado de Minas Gerais

FUAD NOMAN
Secretário de Estado de Fazenda

MARIA CELESTE MORAIS GUIMARÃES
Auditora Geral do Estado